

HISTÓRIA
A HISTÓRIA

ÁFRICA

HISTÓRIA
A HISTÓRIA
ÁFRICA

FERNANDO ROSAS

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXVIII

ÍNDICE

As imagens provêm dos seguintes arquivos:
Alfredo Cunha (AC); Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB); Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe (STP); Arquivo Histórico Ultramarino (AHU); Biblioteca Nacional (BN); Fundação Mário Soares (FMS); Garden Films (GF); Rádio e Televisão de Portugal (RTP); Torre do Tombo (TT).

Agradecemos à Fundação Mário Soares, à Torre do Tombo, à Garden Films e a Alfredo Cunha pela cedência das imagens.

© 2018, Fernando Rosas e Edições tinta-da-china, Lda.

Rua Francisco Ferrer, 6-A
1500-461 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/9

E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *História a História — África*
Autor: Fernando Rosas
Revisão: Tinta-da-china
Composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china, sobre grafismo original de João M.P. Lemos
Contracapa: fotografia de Carlos Isaac – Garden Films

1.ª edição: Abril de 2018
ISBN: 978-989-671-421-5
Depósito Legal n.º 436692/18



FICHA DA SÉRIE TELEVISIVA

Autor e apresentador: Fernando Rosas
Realizador: Bruno Moraes Cabral
Directora de produção: Hemi Fortes
Director de fotografia: Carlos Isaac
Directores de som: Quintino Bastos e Olivier Blanc
Assistente de realização: Nuno Milagre
Editores: Cláudia Rita Oliveira e Francisco Costa
Produção: Tila Cappelletto, Raquel Bagulho e Ana Cristina Câmara
Desenho gráfico: João M.P. Lemos
Motion designer: Carlos Magalhães
Assistente de imagem e pós-produção: Alejandro Fortes
Sound designer: Miguel Moraes Cabral
Música original e mistura de som: Billy Boom
Assistente de investigação: Maria José Oliveira
Pesquisador iconográfico: Francisco Bairrão Ruivo

NOTA PRÉVIA

9

CAPÍTULO 1

A ocupação efetiva: 80 anos de guerras coloniais	17
<i>A ocupação e «pacificação» de Moçambique</i>	17
<i>Angola: uma guerra sem fim</i>	21
<i>A «Guiné insubmissa»</i>	22
<i>As frentes africanas da Grande Guerra</i>	23
<i>Do tráfico de escravos à Conferência de Berlim</i>	25
<i>A aventura do «Mapa Cor de Rosa» e o Ultimatum</i>	26

CAPÍTULO 2

O «império» de Salazar	33
<i>O Ato Colonial</i>	33
<i>O renascer do «império»</i>	36
<i>A centralidade do trabalho forçado</i>	38

CAPÍTULO 3

A Casa dos Estudantes do Império	43
<i>Sob o signo da «unidade do império»</i>	43
<i>Os novos ventos do pós-II Guerra Mundial</i>	45
<i>Os primeiros confrontos</i>	47
<i>O despertar político-cultural da identidade nacional</i>	48
<i>O golpe final</i>	51

CAPÍTULO 4

Os cárceres políticos do império	55
<i>A orgânica da PIDE nas colónias e os seus rostos</i>	56
<i>Tortura e morte</i>	60
<i>Os cárceres políticos das colónias africanas</i>	63
<i>O campo de S. Nicolau, em Angola</i>	64
<i>O campo de concentração do Tarrafal</i>	66
<i>A secção prisional da PIDE na Machava</i>	67

CAPÍTULO 5

Norton de Matos em Angola	73
<i>Amplios poderes para a nova «missão civilizadora»</i>	74
<i>Colonização branca e separada: antecipar o Apartheid</i>	77
<i>«Civilizar» pelo trabalho forçado</i>	79
<i>A repressão ao nativismo protonacionalista</i>	82
<i>A crise financeira em Angola</i>	83
<i>A derrota de Norton de Matos</i>	85

CAPÍTULO 6

A Diamang	87
<i>Uma coluna do sistema colonial</i>	88
<i>Uma força de trabalho indígena abundante, barata e compelida</i>	90
<i>Dundo: um «aldeamento estratégico de luxo»</i>	93
<i>Olhar médico e olhar colonial</i>	95

CAPÍTULO 7

Angola 1961: o princípio do fim	97
<i>A revolta da Baixa do Cassange</i>	99
<i>O «4 de Fevereiro»</i>	103
<i>15 de março: a insurreição no norte</i>	106
<i>A «caça ao preto»</i>	108

CAPÍTULO 8

O colonato do Limpopo	111
<i>A viragem da política colonial do regime no pós-II Guerra Mundial</i>	112
<i>A estratégia da colonização branca e massiva... e os seus opositores</i>	113
<i>Salazar regressa, no pós-guerra, ao povoamento branco, rural e tutelado pelo Estado</i>	117
<i>O projeto de irrigação e colonização do Vale do Limpopo «Branco do mato»</i>	119
<i>O impasse da colonização dirigida</i>	123

CAPÍTULO 9

Cahora Bassa	127
<i>A importância estratégica da bacia do Zambeze</i>	128
<i>O arranque de Cahora Bassa</i>	129
<i>Um gigantesco trabalho de logística</i>	132
<i>Cahora Bassa e a guerra colonial</i>	135
<i>Os massacres de Mukumbura e Wiriamu</i>	137

CAPÍTULO 10

O 7 de Setembro de 1974	141
<i>Spínola, a sombra tutelar do anti-independentismo</i>	141
<i>O campo frelimista</i>	144
<i>Verão de 74: o impasse e a deterioração da situação</i>	146
<i>De Dar Es Salaam a Lusaca: o acordo de 7 de Setembro</i>	147
<i>O «7 de Setembro»</i>	150
<i>«Galo. Galo. Amanbeceu!»</i>	153
<i>O governo de transição</i>	155

CAPÍTULO 11

A Guerra da Trindade ou o Massacre de Batepá	157
<i>A resistência ao estatuto dos indígenas</i>	157
<i>A caça aos «forros» e à elite nativa</i>	159
<i>Abuso, violência e tortura</i>	163
<i>A demissão de Gorgulbo</i>	167

CAPÍTULO 12

Do Mar Verde a Medina do Boé	171
<i>O início da luta armada</i>	171
<i>Spínola na Guiné</i>	172
<i>A «Operação Mar Verde»</i>	174
<i>Um impasse total</i>	178
<i>O assassinato de Amílcar Cabral</i>	179
<i>A declaração unilateral de independência</i>	181

CAPÍTULO 13

Os retornados	185
<i>Um êxodo populacional sem precedentes</i>	185
<i>A saída de Angola e de Moçambique</i>	187
<i>A ponte aérea e a evacuação marítima</i>	189
<i>Uma tripla perda irremediável: de estatuto, de património e de memória</i>	191
<i>Uma integração bem-sucedida</i>	193
<i>Uma estratégia global de integração social</i>	196

NOTA PRÉVIA

Este livro corresponde à transposição da narrativa oral para a linguagem escrita da apresentação da série televisiva *História a História — África*, que a RTP2 e a RTP África recentemente transmitiram. Tratou-se de adaptar a oralidade de um guião da autoria do apresentador à letra de forma. Mas não deixa por isso de constituir uma obra de divulgação que se procurou dotar do apoio das anotações consideradas rigorosamente indispensáveis à certificação de citações diretas ou como suportes úteis de leitura. Ou seja, enquanto livro de divulgação que pretende ser — tal como a série televisiva que suportou enquanto texto de base —, tentou-se despi-lo do aparato do registo académico, tornando-o largamente acessível a todos os interessados nestas matérias. Basicamente, transformou-se cada um dos episódios em capítulos do novo livro. Agradeço à Barbara Bulhosa e à Tinta-da-china terem metido mãos, com o costumado atrevimento, a esta tarefa, que coincide com a iniciativa do jornal *Público* de divulgar os DVD da série televisiva.

Mas, ficando esta aventura gravada em livro, as expressões públicas do meu reconhecimento não podem ficar por aqui.

Devo começar por agradecer à RTP, especialmente ao Dr. José Arantes, diretor da RTP África, o convite que viabilizou esta nova série de *História a História*, dessa forma facultando aos telespetadores quer a informação que ela transporta, quer contribuindo para o debate que ela convoca sobre o tema sensível que continua a ser a História do moderno colonialismo português. Direi que, a meu ver, é precisamente esse o conceito de

serviço público que se há de esperar da programação da RTP. A presente edição em livro prolonga no espaço e no tempo a possibilidade desse debate.

Quero agradecer também, agora publicamente, a toda a magnífica equipa da Garden Films, à equipa de investigação e à produção da RTP, pelo extraordinário trabalho levado a cabo quer em Portugal, quer em Angola, Moçambique, Guiné, São Tomé e Cabo Verde, investigando nos arquivos, recolhendo documentação escrita e audiovisual, enfrentando os complexos problemas e as dificuldades de tão vasta produção, filmando, gravando, montando, tudo com assinalável competência e mestria. Ao realizador Bruno Moraes Cabral, ao câmara Carlos Isaac, às produtoras Hemi Fortes, da Garden Films, e Paula Paiva, da RTP, ao Nuno Milagre no planeamento, aos responsáveis pelo som Quintino Bastos e Olivier Blanc; aos investigadores do Instituto de História Contemporânea da UNL, Maria José Oliveira e Francisco Bairrão Ruivo, à Raquel Bagulho na anotação e no guarda-roupa e a toda a equipa de montagem da Garden Films queria dizer-lhes que só devido à excelência e meticulosidade do seu trabalho foi possível levar por diante esta tarefa e assegurar o que me parece continuar a ser o padrão de rigor e qualidade desta segunda série de *História a História*. Oxalá o autor e apresentador possa não desmerecer tantos e tão valiosos contributos.

A presente série televisiva e o livro que agora vem a público surgem no decurso desse debate surdo, por vezes enroucado em solenes intervenções de altos responsáveis do Estado, outras vezes com aflorações de debate público entre estudiosos, frequentemente como registo subliminar aos comportamentos do dia a dia, acerca da alegada excecionalidade luso-tropicalista do colonialismo português. Se se quiser, acerca dos seus tão glosados «brandos costumes». De alguma forma, a narrativa da série, embora não fosse esse o seu objetivo, não pôde esquivar-se a lidar com esse assunto, uma vez que se propôs visitar três mitos ainda hoje vivazes do discurso corrente da nostalgia colonial:

- a) O mito da longa *pax* imperial portuguesa em África só inopinada e malevolamente interrompida por subversão e intriga externa, aliás, na origem da guerra colonial desencadeada em 1961. No entanto, se considerarmos o ciclo africano do Império a partir do abalo da Conferência de Berlim (1884/85) e sobretudo do choque complementar do Ultimatum britânico (1890), teremos mais de 40 anos de uma primeira época de guerras coloniais, as eufemisticamente chamadas «campanhas de pacificação», que se estende até ao termo da I Guerra Mundial (1918) em Angola, Moçambique e Guiné (e aqui a última revolta regista-se já nos anos 30), com sucessivas campanhas militares, matanças da população africana, mobilização de dezenas de milhares de expedicionários (só na frente africana da I Guerra Mundial terão sido 50 mil), gastos orçamentais sem fim e numerosas baixas motivadas pelos combates ou pelas doenças tropicais. A resistência tribal das populações africanas obrigou o débil poder colonial português a mais de quatro décadas ininterruptas de guerras para se impor. A segunda época de guerras coloniais, agora contra os movimentos independentistas, surgidos em África no pós-II Guerra Mundial, durou 13 longos anos. Ao todo, em perto de cem anos de ciclo africano do império, mais de 50 foram consumidos em guerras de ocupação e sujeição das populações africanas. Disso se dá conta na série, e neste livro.
- b) O segundo mito, comum ao discurso de praticamente todos os regimes coloniais europeus, há que dizê-lo, é o da sua excecionalidade cosmopolita, o do colonialismo «de rosto humano», o da sua temperança cristã. Fosse isso no longo período, até à II Guerra Mundial, em que à luz do darwinismo social então corrente se assumia sem estados de alma a superioridade da raça branca e o seu domínio como decorrentes da suposta ordem natural das coisas, fosse, já nos anos 50 do século passado, com a assunção do luso-tropicalismo e da inata e específica vocação lusitana para a miscigenação nos trópicos como

narrativa legitimadora da continuidade do colonialismo português em África. Mito vivaz até hoje, mesmo no discurso oficial do Estado. Todavia, renovadas e recentes investigações revelam, também no caso português, e subjacente à retórica luso-tropicalista, um poder colonial essencialmente suportado nesse tripé político e social que foram a discriminação jurídica e racial do Estatuto do Indígena, o trabalho forçado (permitido pelo regime do indigenato, com o seu dramático sucedâneo das culturas obrigatórias) ou uma política de terras expropriadora em favor da ocupação branca. As conhecidas reformas de 1961, apressadas pelo estalar da guerra em Angola, não impediram que muitas destas realidades se prolongassem até 1974. A presente série procurou, com rigor de suporte documental vário, abordar tais problemas.

- c) O terceiro mito é o dos «brandos costumes» na África colonial portuguesa, ou mais particularmente o mito da sua mitigada violência, associado, naturalmente, à narrativa luso-tropicalista. Se o colonialismo em si mesmo assenta numa relação social, política, económica e cultural de exceção e permanente violência no quotidiano, a presente série pretendeu abordar uma forma aguda e particular desta realidade, até agora, e salvo raras exceções, praticamente silenciada e por estudar entre nós: a da violência da polícia política do Estado Novo nas colónias. Ou seja, a violência especial que merecia, aos olhos do poder colonial, a exceção ousada dos africanos que se organizaram para combater pela independência dos seus países. A brutalidade e a extensão da violência repressiva da polícia política nas colónias (e é preciso dizê-lo: de outras forças militares e policiais), bem como o rasto massivo de crimes que deixou no seu encalço, não só ficaram totalmente impunes, como, a título de «serviços ao país», funcionaram como circunstância atenuante na farsa de julgamento a que foram sujeitos os agentes da PIDE após 1976. Evidenciar essa dramática realidade e explicar o tabu que ainda hoje a rodeia

foi o propósito dos episódios desta série sobre os «Cáceres políticos do Império» e o «Massacre de Batepá» em São Tomé.

Procurou-se também abordar a temática do desenvolvimento económico colonial através da ação singular de figuras como Norton de Matos (governador e alto-comissário em Angola), da análise de algumas obras públicas de envergadura, como o colonato do Limpopo e a barragem de Cahora Bassa, em Moçambique, ou da ação de empresas coloniais emblemáticas, como a Diamang, em Angola. O moderno desenvolvimento económico colonial no caso do «império» português é uma realidade tardia do pós-II Guerra Mundial. Até aí, em termos de políticas públicas, revelava-se uma empresa em permanente risco de falência, sem investimento público metropolitano, entregue aos negócios de companhias majestáticas, de grandes empresas comerciais beneficiárias do protecionismo estatal e de múltiplos empreendimentos precários vivendo à sombra umbrosa de pautas ou do trabalho compelido.

A prosperidade das finanças públicas e de determinados setores privados facultada pela II Guerra Mundial e a ajuda Marshall permitiram inaugurar no pós-guerra a fase do colonialismo económico moderno com largos investimentos públicos e privados em vários tipos de infra-estruturas e na exploração do subsolo. Fenómeno, como se sabe, potenciado economicamente nos anos 60, sobretudo em Angola e Moçambique, pela presença, ao longo de 13 anos, de um contingente global de cerca de um milhão de militares portugueses mobilizados para a guerra. Na presente série, discute-se o que parece ser a contradição central dessa estratégia de fomento colonial: destinada, em qualquer das suas modalidades, a perpetuar e reproduzir a presença hegemónica dos colonos brancos e da situação colonial, ela esteve estrutural e tendencialmente associada a formas de agravamento ou de reprodução da exploração e discriminação do trabalho autóctone, só marginalmente beneficiário desse crescimento em alguns grandes centros urbanos.

Finalmente, procuramos olhar para certos momentos decisivos da guerra e para os efeitos sociais da *débaçle* final do regime colonial. Isso levou-nos a outros três episódios: ao início sangrento da guerra colonial em Angola no ano de 1961, à desesperada revolta de parte da população branca da então Lourenço Marques, a 7 de setembro de 1974, contra os Acordos de Lusaca, e à célebre e desastrosa aventura militar spinolista de ataque à Guiné Conacri, a «Operação Mar Verde», em 1970. A dramática fuga e retorno a Portugal de 500 a 700 mil colonos brancos de Angola e Moçambique, e o singular caso de sucesso que acabou por ser a sua integração no então jovem Portugal democrático, constitui uma espécie de encerramento da série.

Esta segunda época de *História a História* e o livro a que agora dá lugar procuraram manter com os anteriores traços de continuidade metodológica que eu gostaria de referir como apontamento final: os episódios, agora capítulos, não obedecem a uma lógica cronológica-sequencial. Cada um vale por si mesmo como representativo da problemática geral que se pretendeu tratar. Depois, procurou-se sempre dialogar com o testemunho silente dos territórios e locais onde decorreram os acontecimentos, quantas vezes emprestando-lhes a sua trágica, solene e eloquente beleza.

Por isso andamos nas terras do antigo império dos vátuas e na aringa do «Leão de Gaza», em Chaimite, ou nas pedras e na fortaleza do Candumbo, nos arredores do Huambo. Isso nos levou às terras longínquas do Dundo e dos diamantes no nordeste angolano, às vastas planícies e ao que resta das «aldeias portuguesas» do antigo colonato do Limpopo, ou à imponência tecnológica da histórica barragem nas gargantas de Cahora Bassa, em Tete, Moçambique. Levou-nos, também, a Batepá e às praias são-tomenses onde a desumanidade da repressão colonial andou à solta; ao campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde; ou a essa casa assombrada do terror e da morte que foi a «Vila Alice», sede da polícia política na então Lourenço Marques. E sentámo-nos nos estúdios ainda praticamente intactos do

Rádio Clube de Moçambique, na capital moçambicana, centro nevrálgico da tentativa de revolta contra a descolonização acordada em Lusaca. E, estivemos, pela primeira vez, no que resta das antigas instalações militares, na ilha de Soga, no magnífico arquipélago dos Bijagós, de onde partiu para atacar Conacri a «Operação Mar Verde», mas também no que foi o quartel de Guiledge, escondido na mata, cenário do colapso militar da guerra colonial na Guiné-Bissau. E visitámos os locais, em Lisboa e em Coimbra, onde nos anos 50 e 60, no coração mesmo do poder colonial, na Casa dos Estudantes do Império, se reacendeu a chama da identidade e da libertação das nações sob domínio colonial português.

Em suma, a inspiração da realização do Bruno Cabral e a magia da imagem do Carlos Isaac tiveram o condão, a maravilha, de fazer falar as coisas. De tudo isso, desse périplo inesquecível, como mera ilustração textual, aqui se deixa o respetivo relato escrito.

Fernando Rosas

Lisboa, Dezembro de 2017

CAPÍTULO 1

A OCUPAÇÃO EFETIVA: 80 ANOS DE GUERRAS COLONIAIS

Ao dealbar do dia 28 de dezembro de 1895, em Moçambique, uma força de 46 soldados portugueses comandados por Mouzinho de Albuquerque penetrou na aringa (aldeia fortificada) de Chaimite, ao sul do rio Save, nas margens do Limpopo, a derradeira posição de Gungunhana, o poderoso rei dos vátuas, o «Leão de Gaza», em revolta contra o ocupante português.

Mouzinho humilhou Gungunhana perante os seus guerreiros e trouxe-o preso para Lisboa, onde seria passeado pelas ruas como um troféu, antes de ser preso na Cadeia de Monsanto e depois deportado com a família para os Açores, onde morre no cativoiro, em Angra do Heroísmo, em 1906. Em 1985, por iniciativa de Samora Machel, presidente da República de Moçambique, os seus restos mortais são trasladados para Maputo, onde repousam numa cripta da antiga fortaleza da capital moçambicana, aliás várias vezes atacada pelo pai de Gungunhana, Muzila, em 1822 e 1834, e por ele próprio durante a rebelião vátua de outubro de 1894, cuja derrota o levaria à prisão.

A OCUPAÇÃO E «PACIFICAÇÃO» DE MOÇAMBIQUE

O raide de Chaimite não é senão o emblemático episódio de uma longa campanha militar contra a insurgência do império dos vátuas, no distrito de Gaza, numa zona estratégica em redor da então



Lourenço Marques, iniciada com as revoltas de 1822, a que se sucedem novas insurgências em 1834 e 1878¹. Mas os combates prolongam-se até às célebres batalhas que, entre 1894 e 1913 (durante 19 anos!), opõem as forças expedicionárias enviadas de Portugal e os chefes militares das ditas «campanhas de pacificação» (Mouzinho de Albuquerque, Paiva Couceiro, Caldas Xavier, Eduardo Galhardo) às temidas companhias de combate vátuas (as impís) e aos soberanos do império vátua, Gungunhana e, ainda depois dele, Maguiguana. Os combates de Marracuene, Magul, Coolela e Macontene definem um padrão militar profundamente ilustrado na propaganda colonial da época, seja em gravuras ou até fotografias (mais tarde, no cinema): a tropa colonial, menos numerosa, formada em quadrado e apoiada na artilharia, nas metralhadoras e na enorme superioridade das armas de fogo, levando de vencida as ofensivas da infantaria vátua, onde predominam as azagaias.

A mortandade torna-se a regra. A tropa colonial e a artilharia, nos finais do século XIX, só são surpreendidas pela emboscada. No fundo, em Moçambique e não só, a «ocupação efetiva» e a «pacificação» coloniais resolveram-se na boca dos canhões, na fita das novas metralhadoras e com o armamento moderno da segunda revolução industrial contra a rebeldia indígena.

Mas as campanhas militares contra os vátuas, sendo talvez as mais celebradas pelo nacionalismo colonialista lusitano de finais do século XIX, estavam longe de ser as únicas ou sequer as mais prolongadas. A «ocupação efetiva» em Moçambique traduziu-se num impressionante mosaico de guerras contra as diversas etnias que, ao longo de quase 80 anos, sucessivamente

1 Para o conjunto das campanhas militares da «ocupação efetiva», cf. René Pélissier, *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas (1845-1941)*, vols. I e II, Estampa, 1986; *História de Moçambique, formação e oposição (1854-1918)*, vols. I e II, Estampa, 1987/1988; *História da Guiné, portugueses e africanos na Senegâmbia (1841-1936)*, vols. I e II, Estampa, 1989, AAVV, *Império Africano*, in «Visão História» 3.



Guerras de ocupação em Moçambique. (GF)

se rebelaram contra a penetração do colonialismo e o que ele representava para as comunidades indígenas.

A «guerra dos Bongas», as primeiras campanhas seguidas pela imprensa portuguesa, arrastou-se na Zambézia durante 47 anos (de 1841 a 1888) e sete expedições militares. Entre 1896 e 1913, sucederam-se 17 anos de campanhas contra os namarrais, no litoral norte, com tropas vindas da Metrópole, sendo o sultanato de Angoche submetido só em 1910. Simultaneamente, desenvolvem-se durante 11 anos, até 1902, as operações no Barué, a norte do rio Pungué, na Zambézia, contra os maconde. E o quadro completa-se com os ataques de Serpa Pinto aos guerreiros macololos, no Chire, que eram apoiados por Cecil Rhodes, o que dá origem ao Ultimato Britânico de 1890, ou com a frustrada expedição de Caldas Xavier contra Maçaquece, ainda neste quadro de disputa com o império britânico. A situação só se consolidaria com as campanhas militares no norte de Moçambique durante a I Guerra Mundial, como adiante se verá.



Ações militares portuguesas (1848-1926). (GF)

ANGOLA: UMA GUERRA SEM FIM

Angola foi talvez a colónia onde durante mais tempo e de forma mais generalizada as diferentes etnias resistem e se rebelam contra a expansão do domínio colonial português, como se percebe na impressionante cartografia das ações militares proposta por René Pélissier.

Os combates da «ocupação efetiva» em Angola vão arrastar-se ao longo de 88 anos, entre 1848 e 1926. Segundo o mesmo investigador, traduzem-se, ao longo deste período, em 189 campanhas militares (entre operações secundárias e mais importantes), cerca de 40 000 militares regulares envolvidos do lado português, registando milhares de mortos, e dezenas de milhares de mortos do lado dos seus adversários.

A moderna conquista colonial de Angola deixou um pesado lastro de sangue. Com tropa ou colonos mal preparados e mal armados, os portugueses sofreram frequentemente pesados reveses, que só conseguiam reverter com reforços de tropas regulares e armas pesadas enviadas da metrópole. Por isso mesmo, as «campanhas de pacificação» eram geralmente inconclusivas, e os povos

HISTÓRIA A HISTÓRIA ÁFRICA

foi composto em caracteres
Bazar (desenhados em
2009 por Olinda Martins)
e HoeflerText, e impresso
pela Eigal, Artes Gráficas,
sobre papel Coral Book
de 90 g, em Março de 2018.